

Texto 3

Autor: Friedrich List

Título: *Sistema Nacional de Economia Política* [excerto]
(1841)

(...)

Uma população numerosa e um território extenso dotado de múltiplos recursos naturais constituem requisitos essenciais para a nacionalidade normal; diríamos que são condições fundamentais para o cultivo intelectual, para o desenvolvimento material e para o poder político. Uma nação limitada quanto ao número de habitantes e quanto à extensão do território sobretudo quando possui uma língua muito diferente das outras, só pode possuir uma literatura deficiente, como deficientes serão as instituições de que disporá para a promoção da arte e da ciência. Um Estado pequeno jamais conseguirá aperfeiçoar totalmente os vários sectores de produção dentro de seu território. Em tal Estado, toda a protecção transforma-se em mero monopólio privado e ele só conseguirá manter com dificuldade e sua independência através de alianças com nações mais poderosas, sacrificando em parte as vantagens da nacionalidade e usando muita energia.

Uma nação que não possui costas marítimas, marinha mercante, força naval ou não tem o domínio e o controle sobre as desembocaduras de seus rios dependerá de outros países em seu comércio exterior tal nação não conseguirá fundar colónias e novas nações; todo o excedente de população, de recursos intelectuais e materiais que emigrar dessa nação para países menos evoluídos estará perdido para a sua própria literatura, civilização e indústria, indo beneficiar outras nações.

Uma nação não limitada por mares e cadeias de montanhas está exposta aos ataques de nações estrangeiras, só podendo estabelecer seu sistema alfandegário próprio com grandes sacrifícios e, em alguns casos, de maneira muito precária.

Eventuais deficiências territoriais da nação só podem ser remediadas por sucessão hereditária — como no caso da Inglaterra e da Escócia —, por compra — como no caso da Florida e da Luisiana — ou por conquistas — como no caso da Grã-Bretanha e Irlanda.

Em tempos recentes, tem-se recorrido a uma quarta solução, que possibilita a consecução desse objetivo de maneira muito mais consentânea com a justiça e com a prosperidade das nações do que com as conquistas, e que não depende de circunstâncias acidentais como a sucessão hereditária; trata-se, no caso, da união de interesses de vários Estados, estabelecendo convenções livres.

Foi pelo seu Zollverein que a nação alemã conseguiu pela primeira vez um dos mais importantes atributos da sua nacionalidade. Mas essa providência não pode ser considerada completa enquanto não abranger o território inteiro, desde o delta do Reno até as fronteiras da Polónia, incluindo a *Holanda* e a *Dinamarca*.

Uma consequência natural dessa união deve ser a admissão desses dois países na Confederação Germânica e consequentemente na nacionalidade alemã; com essa união, a Alemanha conseguirá o que actualmente lhe faz falta, ou seja: locais de pesca, poderio naval, comércio marítimo e colónias. Além disso, deve-se enfatizar que os dois países já fazem parte da Alemanha, no que diz respeito a sua origem e às suas características gerais. A dívida que oprime essas duas nações é apenas uma consequência dos seus extraordinários esforços no sentido de se manterem como nações independentes, sendo de esperar que esse mal chegue um dia

a tomar-se um peso insuportável para essas duas nações, quando então a incorporação numa nação maior lhes parecerá desejável e necessária.

A Bélgica só conseguira remediar suas necessidades ligadas à sua escassez de território e de população confederando-se com uma nação vizinha maior. Os *Estados Unidos* e o *Canada*, quanto mais aumentarem suas populações e quanto mais se desenvolver o sistema proteccionista dos Estados Unidos, tanto mais se sentirão atraídos um pelo outro, e tanto menos sera possível para a Inglaterra impedir uma união entre essas duas nações.